da adequacidade das políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (*iii*) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (*iv*) a apreciação da adequacidade, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras. As presentes demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2005 incluem participações de capital e suprimentos no valor global de, respectivamente, 81 248 milhares de euros e 185 608 milhares de euros, que respeitam a empresas cujas demonstrações financeiras foram examinadas por outros revisores oficiais de contas, cujas certificações legais de contas levámos em consideração. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

3 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A., em 31 de Dezembro de 2005 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios geralmente aceites em Portugal para o sistema bancário, regulados pelo Banco de Portugal.

Lisboa, 22 de Abril de 2006. — O Auditor, *BDO & Associados.*

3000210462

FINANSER — SOCIEDADE FINANCEIRA DE CORRETAGEM, S. A.

Sede social: Largo do Chiado, 12, 2.º, 1200-108 Lisboa.
Capital social: 3 500 000 euros.
Pessoa colectiva n.º 502530588.
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 4781.

Relatório e contas de 2005

Relatório de gestão

Nos termos da lei e dos estatutos o conselho de administração vem apresentar à consideração dos accionistas o seu relatório referente à actividade da sociedade e as contas do exercício económico de 2005. Estes documentos foram objecto de parecer do fiscal único, revisor oficial de contas, e sua certificação legal, bem como de auditoria efectuada pela PricewaterhouseCoopers.

Conjuntura económica e mercado de capitais

Conjuntura económica

No relatório de gestão do ano de 2004 dissemos que o ano de 2005 era pleno de desafios para o nosso País, os quais passavam por criar condições à retoma da sua economia, o que implicava maior investimento produtivo vocacionado para a exportação, a consolidação das finanças públicas, o controlo da despesa corrente e dos défices da saúde e da segurança social, sem prejuízo da minimização de certos custos de contexto, nomeadamente o quadro legal regulamentador das relações de trabalho e o do sistema judicial, e a criação dum clima de confiança nos agentes económicos. Não obstante toda uma preocupação em introduzir na agenda política as reformas estruturais e dinamizar a economia por via do anúncio do Plano Tecnológico Nacional e de grandes projectos de investimento, o resultado da acção política ficou aquém das exigências do momento e a retoma até agora ainda não ocorreu.

Daí que o crescimento do PIB tenha sido de 0,3 % em 2005, e as previsões para 2006 e 2007 sejam 0,8 % e 1,0% respectivamente.

Está-se perante um crescimento tendencial, que nos afastará ainda mais do espaço comunitário de que somos parte e onde, por exemplo para o ano de 2006 a taxa prevista de crescimento do PIB é de 2%, e que está associado a um conjunto de desequilíbrios que se têm vindo a acumular na nossa economia e que estão a condicionar a evolução da procura interna e o crescimento das exportações, como é sobejamente reconhecido. Do efeito desses desequilíbrios é de relevar a natureza do crescimento da taxa de desemprego, de natureza estrutural e portanto sem possibilidade de recuperação no curto prazo, prevê-se que possa atingir em breve os 10% a serem concretizadas as reformas que ainda estão em fase inicial, os custos unitários do trabalho versus produtividade, o estádio da inovação não obstante os compromissos associados à agenda de Lisboa 2000, e a influência que tem os custos da energia na competitividade do tecido produtivo, dada a sua dependência do preço do petróleo.

Como bem se compreende um quadro macroeconómico como o que se dá nota não é propício à criação de um clima favorável ao desenvolvimento da actividade duma sociedade de corretagem, como é a Finanser, e muito mais quando não se integra num grupo financeiro onde é possível fazer o *cross-selling* sobre uma grande massa de clientes.

A questão enunciada é relevante e a via que os accionistas escolham, no contexto da resolução da insuficiência legal nos fundos próprios, condicionará a vida da sociedade no futuro próximo, a qual precisa duma estratégia baseada na construção de parcerias e numa oferta costumizada de multi-serviço, pois só assim poderá servir e fidelizar uma base de clientes bem dimensionada e que permita um crescimento sustentado, além do capital adequado para garantir no médio prazo este desenvolvimento.

Mercado de capitais

Em 2005, o mercado português de intermediação financeira conheceu um crescimento significativo e bastante saudável.

Ao nível dos negócios efectuados em mercados regulamentados, o crescimento foi de 8,2%, sendo que nos mercados não regulamentados, o crescimento foi muito mais assinalável, ou seja, de 924,9%. No total, o volume de negócios cresceu 7,6%.

Transacções no mercado secundário a contado (valores acumulados)

(Em milhões de euros)

	2005	2004	Variação anual (percentagem)
Mercados regulamentados	179 437,0	165 899,1	8,2
Mercados de Bolsa	32 746,5	30 139,1	8,7
Sessões normais	32 327,1	29 731,2	8,7
Obrigações	530,7	653,8	— 18,8
Acções	31 410,5	27 745,1	13,2
Títulos de participação	16,4	6,5	152,7
Unidades de participação	3,0	8,9	— 66,5
Direitos	–	63,9	— 100,0
Warrants	180,2	1 120,0	— 83,9
Certificados	27,4	50,1	— 45,4
Convertíveis	158,9	82,9	91,7
Sessões especiais	419,4	407,9	2,8

(Em milhões de euros)

	2005	2004	Variação anual (percentagem)
MEDIP	146 690,5	135 760,0	8,1
Obrigações do Tesouro	133 000,5	122 110,0	8,9
Bilhetes do Tesouro	13 690,0	13 650,0	0,3
Mercados não regulamentados	1 071,9	104,6	924,9
Mercado sem cotações (Euronext Lisbon)	10,2	17,7	— 42,3
Acções	8,9	17,7	— 49,9
Outros	1,4	–	49 502,7
EasyNext Lisbon (Euronext Lisbon)	965,2	82,9	1 064,8
Warrants	927,8	82,9	1 019,7
Certificados	37,4	–	–
PEX (2)	96,4	4,0	2 322,1
Fora de mercado	20 397,8	20 638,7	— 1,2
Total	200 906,7	186 642,4	7,6

O crescimento do volume de negócios demonstra que ainda há potencial de crescimento na execução de ordens de bolsa. Também no que toca à gestão de activos, as estatísticas demonstram um saudável comportamento do mercado.

Valores totais da gestão de activos

(Em milhões de euros)

	2005		2004		Variação anual (percentagem)
	Valor	Total (percentagem)	Valor	Total (percentagem)	
Gestão individual de activos	35 789,9	38,5	25 616,5	34,7	39,7
Gestão colectiva de activos	57 187,4	61,5	48 229,9	65,3	18,6
OICVM (FIM)	26 560,4	28,6	23 848,1	32,3	11,4
Abertos	26 208,1	28,2	23 420,3	31,7	11,9
Fechados	352,3	0,4	427,9	0,6	— 17,7
OEI (FEI)	1 729,7	1,9	567,0	0,8	205,0
Abertos	877,4	0,9	464,4	0,6	88,9
Fechados	852,3	0,9	102,6	0,1	730,7
OIC (FII)	8 164,5	8,8	7 050,7	9,5	15,8
Abertos	4 465,6	4,8	3 862,8	5,2	15,6
Fechados	3 699,0	4,0	3 187,9	4,3	16,0
FTC	20 732,8	22,3	16 764,0	22,7	23,7
Total	92 9 77,3	100,0	73 846,4	100,0	25,9
OICVM estrangeiros	605,7	–	315,5	–	92,0

Valor sob gestão por tipo de entidade

(Em milhões de euros)

	2005		2004		Variação anual (percentagem)
	Valor	Total (percentagem)	Valor	Total (percentagem)	
Instituições de crédito	4 467,6	12,5	2 656,9	10,4	68,1
Nacionais	3 663,5	10,2	2 370,5	9,3	54,5
Sucursais	804,1	2,2	286,4	1,1	180,8
Empresas de investimento	22 373,0	62,5	19 327,1	75,4	15,8
Sociedades gestoras de patrimónios	22 228,3	62,1	19 240,9	75,1	15,5
Sociedades corretoras	54,1	0,2	44,4	0,2	21,9

(Em milhões de euros)

	2005		2004		Variação anual (percentagem)
	Valor	Total (percentagem)	Valor	Total (percentagem)	
Sociedades financeiras de corretagem	90,4	0,3	40,8	0,2	121,9
Sucursais de empresas de investimento	0,1	–	1,1	–	– 90,9
Gestoras de fundos	8 949,3	25,0	3 632,5	14,2	146,4
Total	35 789,9	100,0	25 616,5	100,0	39,7

Como se pode verificar, ao nível da gestão individual de activos, para a qual a Finanser está vocacionada, teve um crescimento de 39,7%, constituindo 38,5% da gestão de activos total, sendo os montantes totais sob gestão superiores a 35 mil milhões de euros.

Também ao nível da gestão colectiva de activos houve um crescimento de 18,6%, o que demonstra claramente uma propensão para os investimentos da sociedade portuguesa.

As sociedades gestoras de patrimónios têm a maior quota de mercado (75,1%), embora se destaque o crescimento acentuado da gestão de activos efectuada por outro tipo de sociedades.

Comercialização de OICVM estrangeiros

	2005	2004	Variação anual
Número de entidades comercializadoras	10	9	1
Número de OICVM	43	37	6
Valor em Portugal	683,3	338,9	(*a*) 101,6

(*a*) Percentagem.

A actividade de comercialização de organismos de investimento colectivo em valores mobiliários estrangeiros também cresceu significativamente em Portugal, durante o ano de 2005 (101,6%), o que é assinalável.

No geral, e no âmbito das actividades que interessam à Finanser, o mercado demonstra capacidade de absorção de novos prestadores de serviços.

A indústria financeira teve uma *performance* notável em Portugal, em 2005, o que se reflectiu nos resultados dos seus principais operadores.

Actividade e situação económica e financeira

Actividade da sociedade

Não obstante ter-se definido em 2005 que a Finanser seria um operador de referência, oferecendo aos clientes um conjunto integrado de serviços financeiros, contudo esta visão não foi possível concretizar neste exercício por razões diversas, especificamente culturais, dado o facto de se estar muito focalizado no negócio da corretagem e sentir-se este como a locomotiva da criação de valor, haver falta de meios para desenvolver a área de negócios da gestão de carteiras e não se estar autorizado pela CMVM a oferecer serviços de *corporate finance*, além de não ter sido possível criar uma rede de distribuição de retalho por atraso no pedido do registo dos prospectores, não obstante a sua concepção e funcionamento estar estabilizada a nível interno. No 1.º trimestre de 2006 já se deram passos significativos no sentido desejado, criando-se as infra-estruturas e solicitando as devidas autorizações e pedidos de registo que possibilitarão concretizar no ano em curso aquela visão.

Entretanto introduziram-se já no final de 2005 algumas alterações na estrutura organizativa, criando-se um comité de gerência que, por delegação do conselho de administração, assegurará a gestão do dia-a-dia, e contratou-se a PricewaterhouseCoopers como auditor externo, iniciando-se a sua colaboração com uma análise aos sistemas de controlo interno.

A PricewaterhouseCoopers já apresentou um *memorandum* com as suas recomendações de forma a suprir as deficiências detectadas, as quais estão a ser implementadas com subordinação a um calendário que atende à urgência exigida.

Situação económica e financeira

O ano de 2005 foi particularmente gravoso em termos económicos. Não só as comissões de corretagem, 594 191,73 euros, sofreram um decréscimo relativamente ao ano de 2004, 17%, como também esta principal receita foi insuficiente para fazer face aos gastos gerais administrativos, 975 489,41 euros. A acrescer ao referido é de considerar terem-se constituído provisões para fazer face a saldos não regularizados pelos clientes na data respectiva, e em relação aos quais ir-se-á proceder a uma recuperação por via contenciosa, de 689 991,80 euros, e o resultado de gestão da carteira própria ser negativo, 195 227,80 euros. Daí um prejuízo no exercício de 1 258 343,47 euros. A redução da receita deve-se à dependência dum número muito restrito de clientes, o que torna vulnerável a sociedade ao seu comportamento, e que no ano de 2006 vai-se procurar atenuar alargando a base da clientela. Quanto à constituição das provisões referenciadas trata-se duma situação anómala, embora exigindo para futuro um rigoroso controlo preventivo, o que já está em prática. Sobre os resultados da gestão da carteira própria já foram tomadas as adequadas medidas de molde a esta situação não se repetir no futuro.

Apesar da degradação da situação económica pelas razões apresentadas a situação financeira ainda se encontra estável. O activo líquido é de 6 844 608,12 euros e os capitais próprios, após a aplicação dos prejuízos do exercício, atingem 2 662 567,00 euros, cerca de 66% do capital social mais reservas. A persistir a actual situação de desequilíbrio económico poder-se-á ficar próximo ou abaixo do limiar dos 50% exigíveis nos termos legais para se proceder a uma operação de redução do capital social ou sua reposição na certeza, porém, que a nova situação do capital próprio terá de corresponder no mínimo a dois terços do capital social final.

Alienação das acções próprias

Durante o ano de 2005 concretizou-se a venda da totalidade das acções próprias ao accionista Olisipo — SGPS, nas condições que foram previamente comunicadas aos accionistas.

Fundos próprios

Em 31 de Dezembro de 2005 os fundos próprios da sociedade eram de 2 662 567,00 euros, valor inferior ao mínimo legal exigível para o funcionamento duma sociedade financeira de corretagem. Esta situação levou o conselho de administração a solicitar a convocação duma assembleia geral extraordinária, a qual se realizou em 27 de Dezembro de 2005, e deliberou mandatar o conselho de administração para estudar uma solução para o problema.

Este estudo encontra-se pronto e será apresentado aos accionistas na próxima assembleia geral ordinária da sociedade.

Objectivos, estratégias e orçamentos para 2006-2010

É objectivo do conselho de administração criar condições para que a Finanser inicie o seu *turnarround* em 2006, o que passa por começar a concretizar os objectivo e a estratégia delineada em 2005 e que, por razões já aludidas, neste ano não foi possível desenvolver.

O conselho de administração também irá apresentar na próxima reunião da assembleia geral extraordinária uma proposta de objectivos, estratégias e orçamentos para 2006-2010 de molde a construir um futuro para a sociedade e criar valor para os accionistas.

Proposta de aplicação de resultados

Em 2005, a Finanser, como já se referiu, registou um prejuízo de 1 258 343,47 euros.

O conselho de administração propõe aos accionistas que tal prejuízo seja transferido para resultados transitados.

Reconhecimento público

Aos clientes nossos amigos queremos deixar aqui expresso um muito obrigado pela sua distinção, dando-nos a sua preferência e a oportunidade para os servirmos.

Aos estimados colaboradores, o principal activo da Finanser, uma palavra de reconhecimento pelo seu apoio e ajuda com que sempre têm respondido, em especial no momento actual da vida da sociedade.

A todos, em especial às autoridades de supervisão e instituições de crédito e financeiras, um bem-hajam.

O Conselho de Administração: *(Assinaturas ilegíveis.)*

Balanço em 31 Dezembro de 2005

ACTIVO

(Em euros)

	Notas	2005			2004
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4	12 625	–	12 625	16 884
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	5	985 531	–	985 531	1 161 807
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	6	4 295 000	–	4 295 000	3 780 000
4 — Créditos sobre clientes		–	–	–	–
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	7	15 706	–	15 706	15 706
a) Obrigações e outros títulos de rendimento fixo de emissores públicos		15 706	–	15 706	15 706
b) Obrigações e outros títulos de rendimento fixo de outros emissores		–	–	–	–
6 — Acções e outros títulos de rendimento variável	7	175 235	25 025	150 210	–
9 — Imobilizações incorpóreas	8	80 583	80 583	–	–
10 — Imobilizações corpóreas	8	360 961	195 720	165 241	110 618
12 — Acções próprias ou partes de capital próprias	7	–	–	–	352 450
13 — Outros activos	9	883 753	689 992	193 761	366 688
15 — Contas de regularização	10	1 026 533	–	1 026 533	1 707 680
16 — Prejuízo do exercício		1 258 343	–	1 258 343	326 300
Total do activo		9 094 270	991 320	8 102 950	7 838 133

PASSIVO

	Notas	2005	2004
1 — Débitos para com instituições de crédito		2 790	46
a) À vista		2 790	46
4 — Outros passivos	11	3 160 011	1 890 263
5 — Contas de regularização	12	1 019 239	1 700 615
9 — Capital subscrito	14	3 500 000	3 500 000
10 — Prémios de emissão		–	–
11 — Reservas	14	543 293	543 293
12 — Reservas de reavaliação		–	–
13 — Resultados transitados	14	(122 383)	203 916
14 — Lucros do período		–	–
Total do passivo		8 102 950	7 838 133

Rubricas extrapatrimoniais

	Notas	2005	2004
Responsabilidade potencial perante o S. I. I	15	21 583	20 135
Operações sobre cotações (derivados)	15	296 124	89 372
Valores mobiliários em depósito pertencentes a clientes	15	16 872 545	18 065 201
Valores administrados pela instituição	15	99 458	126 500
Valores mobiliários à custódia da Central de Valores Mobiliários	15	11 451 465	9 557 840
Valores mobiliários em depósito em instituições de crédito e sociedade financeiras	15	4 869 794	6 777 475
		33 610 969	34 636 523

O Conselho de Administração: *(Assinaturas ilegíveis.)* — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2005

DÉBITO

(Em euros)

	Notas	2005	2004
1 — Juros e custos equiparados		9 111	1 536
2 — Comissões	20	20 454	185 182
3 — Prejuízos em operações financeiras	23	469 796	65 176
4 — Gastos gerais administrativos		975 489	836 592
a) Custos com pessoal	17	594 955	478 357
Dos quais:			
(— salários e vencimentos)		(487 480)	(386 573)
(— encargos sociais)		(107 475)	(91 784)
Dos quais:			
(— com pensões)		–	–
b) Outros gastos administrativos		380 534	358 235
5 — Amortizações do exercício	8	45 580	50 427
6 — Outros custos de exploração	21	–	–
7 — Provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido e para outros riscos	13	689 992	120 025
10 — Resultado da actividade corrente		–	–
11 — Perdas extraordinárias	22	112 089	72 258
13 — Impostos sobre lucros	24	4 065	2 126
14 — Outros impostos		358	812
15 — Lucro do exercício		–	–
Total		2 326 934	1 334 134

CRÉDITO

	Notas	2005	2004
1 — Juros e proveitos equiparados	19	84 452	60 918
Dos quais:			
De títulos de rendimento fixo		(829)	(1 069)
2 — Rendimento de títulos		–	–
a) Rendimento de acções, de quotas e de outros		–	–
3 — Comissões	20	594 192	718 895
4 — Lucros em operações financeiras	23	274 098	184 131
5 — Reposições anulação provisões	13	108 983	7 610
7 — Outros proveitos de exploração	21	1 180	6 876
8 — Resultado da actividade corrente		(1 147 517)	(280 507)
9 — Ganhos extraordinários	22	5 686	29 404
11 — Prejuízo do exercício		1 258 343	326 300
Total		2 325 934	1 334 134

O Conselho de Administração: *(Assinaturas ilegíveis.)* — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2005

(Valores expressos em euros)

1 — Actividade:

A sociedade foi constituída em 27 de Março de 1991 com a denominação de Iberbroker — Sociedade Corretora, L.da, tendo em 1994 sido transformada numa sociedade financeira de corretagem com a denominação BBV Interactivos (Portugal). Em 5 de Dezembro de 2000 a sua denominação foi novamente alterada para Finanser — Sociedade Financeira de Corretagem, S. A. (adiante designada por Finanser ou sociedade), tendo actualmente a sua sede no Largo do Chiado, 12, 2.º, em Lisboa.

Está registada junto do Banco de Portugal, da CMVM, do Sistema de Indemnização aos Investidores e da Interbolsa e é membro negociador e liquidador no mercado a contado da bolsa de Lisboa — Euronext Lisboa.

O objecto social da Finanser é, como a denominação indica, a corretagem, incluindo nomeadamente (*i*) a recepção e intermediação de ordens de compra e venda na Euronext Lisboa, (*ii*) a recepção e intermediação da execução de ordens de compra e venda de valores nos seguintes mercados internacionais: Madrid, Paris, Amesterdão, Frankfurt, Milão, Londres, Zurique, Helsínquia, entre outros, (*iii*) a recepção de ordens de subscrição ou de aquisição de valores objecto de ofertas públicas e (*iv*) a prestação de outros serviços auxiliares dos serviços de investimento.

Além destas actividades previstas nos estatutos, a sociedade pode ainda, conforme previsto no Código dos Valores Mobiliários, exercer a actividade de gestão de carteiras por conta de outrem.

A actividade encontra-se regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 262/2001, de 28 de Setembro, e pelo Código dos Valores Mobiliários. Enquanto sociedade financeira a sociedade encontra-se sob a supervisão do Banco de Portugal e na qualidade de intermediário financeiro sob a supervisão da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

2 — Comparabilidade:

As contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 são comparáveis em todos os aspectos materialmente relevantes com as contas do exercício precedente, não se tendo verificado alterações nas políticas com efeitos significativos nas demonstrações financeiras.

3 — Bases de apresentação e resumo das principais políticas contabilísticas:

3.1 — Bases de apresentação:

As demonstrações financeiras da sociedade foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da sociedade, processados em conformidade com os princípios contabilísticos e preceitos legais estabelecidos no Plano de Contas e outras disposições e práticas em vigor em Portugal para as sociedades financeiras de corretagem.

3.2 — Resumo das principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos:

a) *Especialização de exercícios*. — A sociedade segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios relativamente à generalidade das rubricas de custos e de proveitos, nomeadamente no que se refere aos juros e comissões das operações activas e passivas que são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou cobrança.

b) *Operações em moeda estrangeira*. — As transacções em moeda estrangeira são originalmente registadas em resultados aos câmbios das datas em que ocorrem.

Os câmbios utilizados para a conversão em euros dos saldos originalmente expressos em moeda estrangeira são os publicados pelo Banco de Portugal à data de 31 de Dezembro.

c) *Instrumentos financeiros derivados*. — A sociedade no decorrer da sua actividade procede, pontualmente, à negociação de instrumentos financeiros derivados.

Os instrumentos normalmente transaccionados são futuros e *contracts for difference* (CFD).

Futuros e CFDs:

As operações de negociação em contratos de futuros e CFDs transaccionados em mercados organizados são registadas nas rubricas extrapatrimoniais pelo valor nominal, até à data do fecho da posição ou da sua maturidade. Os contratos são reavaliados diariamente ao valor de mercado e os resultados reconhecidos em custos ou proveitos do exercício por contrapartida da conta margem que é registada no activo no início do contrato, permanecendo até à data de liquidação da posição ou da sua maturidade.

d) *Obrigações, acções e outros títulos de rendimento fixo ou variável*:

Títulos de negociação:

Consideram-se títulos de negociação aqueles que são adquiridos com o objectivo de venda dentro de um prazo que não poderá exceder os seis meses.

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo são valorizadas com base na cotação de mercado, acrescida dos juros corridos e não cobrados. A diferença que resulta entre a aplicação deste critério e o custo de aquisição é registada como custo ou proveito. As obrigações não cotadas encontram-se valorizadas ao custo ou ao valor estimado de realização, dos dois o menor.

As acções e outros títulos de rendimento variável são registados ao custo de aquisição e reavaliados com base na cotação de mercado ou, na sua ausência, ao menor dos valores de aquisição ou valor estimado de realização. As diferenças de valorização que respeitem a acções que integrem a composição dos índices referidos no anexo à instrução n.º 4/96 do Banco de Portugal, ou que, sendo negociadas em outras bolsas de valores, apresentem liquidez adequada, integram os resultados de cada período. Para os restantes títulos de rendimento variável as diferenças de reavaliação são diferidas em balanço nas contas de regularização do activo e do passivo, consoante se tratem de perdas ou ganhos potenciais e reconhecidas em custos ou proveitos na data de venda. As menos-valias potenciais apuradas são integralmente provisionadas por contrapartida de resultados.

Títulos de investimento:

Consideram-se títulos de investimento aqueles que não se destinam a ser negociados num prazo inferior a seis meses, ou permaneçam em carteira para além deste prazo, bem como quaisquer outros que pelas suas características não devam ser classificados como títulos de negociação ou títulos a vencimento.

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo são apresentados ao valor de aquisição quando emitidos com base no valor nominal. A diferença entre o custo de aquisição e o valor nominal dos títulos, que constitui o prémio ou desconto de compra, é amortizada ao longo do período que decorre até à data de vencimento dos títulos, por contrapartida de resultados. Os juros corridos são relevados como proveitos e apresentados na rubrica de contas de regularização do activo.

As acções e outros títulos de rendimento variável são registados ao menor do custo de aquisição ou valor estimado de realização.

As menos-valias potenciais resultantes de diferenças apuradas entre o valor contabilístico dos títulos de investimento e o correspondente valor de cotação ou, na falta deste, o presumível valor de realização, são provisionadas por contrapartida de resultados.

e) *Provisão para depreciação de títulos e outras aplicações*. — As menos-valias potenciais são registadas conforme referido na nota n.º 2.2, alínea *d*). As perdas potenciais relacionadas com obrigações vencidas, são provisionadas de acordo com os critérios utilizados para o crédito vencido sem garantia nos termos do aviso do Banco de Portugal n.º 3/95, de 30 de Junho (v. notas n.os 7, 9 e 13).

A constituição de provisões para menos valias potenciais em participações financeiras (não consolidadas nem reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial) registadas na rubrica de outros activos (v. nota n.º 9) é efectuada nos termos dos avisos do Banco de Portugal n.º 4/02 e n.º 3/95, de 25 de Junho e 30 de Junho, respectivamente.

f) *Imobilizações incorpóreas*. — As imobilizações incorpóreas incluem, fundamentalmente, despesas incorridas com a constituição da sociedade e com a aquisição de sistemas de tratamento automático de dados, sendo amortizadas, em duodécimos, pelo método das quotas constantes, durante um período de três anos.

g) *Imobilizações corpóreas*. — As imobilizações corpóreas estão contabilizadas ao custo de aquisição.

As depreciações são calculadas segundo o método das quotas constantes, aplicando ao custo histórico as taxas anuais definidas pelo Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro, as quais se considera reflectirem adequadamente o período de vida útil estimada dos bens e são como segue (em percentagem):

Mobiliário	12,5
Máquinas e ferramentas	12,5 a 20
Equipamento informático	25
Equipamento de comunicação	20
Material de transporte	12,5 a 33,33

h) *Comissões*. — No exercício da actividade de corretagem, a sociedade debita aos seus clientes comissões de corretagem que são registadas em resultados na rubrica de comissões no dia da transacção, por contrapartida de contas de regularização do activo, a aguardar a respectiva liquidação financeira.

Relativamente às comissões de gestão de carteiras, e conforme previsto nos contratos, a sociedade aufere uma comissão fixa e uma comissão variável, sendo ambas reflectidas em resultados na rubrica de comissões. A comissão de gestão fixa é paga trimestralmente e é calculada diariamente sobre o valor da carteira de clientes. O seu débito ocorre na no primeiro dia útil dos meses de Janeiro, Abril, Julho e Outubro. A comissão variável ou de sucesso é paga anualmente e é calculada diariamente sobre a parcela de rendibilidade da carteira, já líquida da comissão fixa, e ocorre sempre que a rendibilidade da carteira seja superior à taxa anual registada pelo *benchmark* ou índice de referência estabelecido pelo cliente em função da natureza dos valores mobiliários sob gestão. Caso a rendibilidade da carteira seja inferior ao *benchmark* definido não é devida qualquer quantia a título de comissão variável.

i) *Impostos sobre lucros*. — O encargo do exercício com impostos sobre os lucros, para a sociedade, é calculado tendo em consideração o disposto no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e os incentivos e benefícios fiscais aplicáveis à actividade.

Não existem diferenças temporárias significativas que justifiquem a contabilização de impostos diferidos passivos (v. nota n.º 24).

j) *Responsabilidades com pensões de reforma e de sobrevivência*. — Em virtude de não ter aderido ao acordo colectivo de trabalho do sec-

tor bancário, a sociedade não tem responsabilidades relativas a pensões de reforma dos seus empregados, os quais estão abrangidos pelo regime da segurança social.

k) *Valores mobiliários de terceiros recebidos em depósito*. — Os valores mobiliários de terceiros recebidos em depósito encontram-se registados nas rubricas extrapatrimoniais ao correspondente valor de mercado ou, na sua ausência, ao valor nominal (v. nota n.º 15).

l) *Gestão de carteiras*. — Os valores mobiliários de terceiros, entregues à gestão da sociedade, encontram-se registados nas rubricas extrapatrimoniais. O aviso do Banco de Portugal n.º 3/2004, de 9 de Julho, substitui a Portaria n.º 422-C/88, de 4 de Julho, ao abrigo do qual os activos sob gestão passaram a ser valorizados em conformidade com o Regulamento da CMVM n.º 2/2000, que em resumo prevê o seguinte, conforme aplicável:

i) Os valores mobiliários são avaliados com base no preço de mercado verificado na data de referência da informação, ou, na ausência de preço de mercado:

1) Os valores mobiliários de rendimento variável são avaliados pelo valor de aquisição ou, na sua falta, pelo valor nominal;
2) As unidades de participação em organismos de investimento colectivo são avaliadas pelo valor patrimonial;
3) Os restantes valores mobiliários são avaliados com base no valor nominal ou valor teórico.

ii) Os valores imobiliários são considerados pelo valor de aquisição, ou na falta deste, pelo valor matricial;
iii) Os valores expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros às taxas de câmbio da data de referência da informação.

4 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais:

	2005	2004
Caixa	252	393
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	12 373	16 491
	12 625	16 884

A rubrica de depósitos à ordem no Banco de Portugal, inclui essencialmente os depósitos de carácter obrigatório no Banco de Portugal que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais de disponibilidades mínimas de caixa.

5 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito:

	2005	2004
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito no País:		
Depósitos à ordem	908 595	1 032 629
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito no estrangeiro:		
Depósitos à ordem	76 936	129 178
	985 531	1 161 807

O montante de disponibilidades sobre instituições de crédito no País e no estrangeiro englobam depósitos à ordem no montante de 747 milhares de euros (2004: 627 milhares de euros) que reflectem as disponibilidades das contas correntes de clientes junto da sociedade (v. nota n.º 11).
Em 31 de Dezembro de 2005 os depósitos à ordem eram remunerados a taxas de juro que se situavam entre 1,75% e 2% (2004: entre 1,75% e 2%).

6 — Outros créditos sobre instituições de crédito:

O saldo da rubrica de outros créditos sobre instituições de crédito é constituído por depósitos a prazo com maturidade inferior a três meses. Em 31 de Dezembro de 2005 cerca de 1900 milhares de euros (2004: 1280 milhares de euros) dizem respeito a aplicações dos clientes da sociedade (v. nota n.º 11). A esta data estas aplicações venciam juros a taxas que se situavam entre 2,65% e 3,25% (2004: 3,25%).
Em 31 de Dezembro de 2005 a diferença entre o valor dos saldos de clientes registado pela Finanser (3050 milhares de euros — v. nota n.º 11) e o respectivo saldo bancário dos clientes (2647 milhares de euros) — será oportunamente transferido pela sociedade das suas contas bancárias próprias para as contas bancárias dos clientes.

7 — Aplicações em títulos:

	Negociação		Investimento		Total	
	2005	2004	2005	2004	2005	2004
Obrigações a outros títulos de rendimento fixo:						
De emissores públicos nacionais	–	–	–	–	–	–
Títulos de dívida pública a médio e a longo prazos — obrigado Tesouro	–	–	15 706	15 706	15 706	15 706
Valor bruto	–	–	15 706	15 706	15 706	15 706
Provisão para depreciação de títulos	–	–	–	–	–	–
Valor líquido	–	–	15 706	15 706	15 706	15 706
Acções e outros títulos de rendimento variável:						
Emitidas por residentes — acções	–	–	–	–	–	–
Emitidos por não residentes — acções	150 210	–	25 025	25 025	175 235	25 025
Valor bruto	150 210	–	25 025	25 025	175 235	25 025
Provisão para depreciação de títulos	–	–	(25 025)	(25 025)	(25 025)	(25 025)
Valor líquido	150 210	–	–	–	150 210	–
Valor líquido da carteira de títulos	150 210	–	15 706	15 706	165 916	15 706

Em 31 de Dezembro de 2005, a sociedade tem títulos da carteira de investimento dados em garantia a terceiros, no montante de 16 milhares de euros, representados na totalidade por obrigações do tesouro com maturidade em Junho de 2008. Esta garantia é prestada ao Sistema de Indemnização aos Investidores, ao abrigo do regulamento da CMVM n.º 2/2000.

A taxa de remuneração dos títulos de rendimento fixo à data do balanço é de 5,375% (2004: 5,375%).

A comparação entre o valor líquido de balanço dos títulos de investimento — obrigações e outros títulos de rendimento fixo e o correspondente valor nominal e de mercado é como segue:

	2005	2004
Valor líquido de balanço	15 706	15 706
Valor nominal	15 000	15 000
Valor de mercado	16 612	16 656

A 31 de Dezembro de 2005 a sociedade tem na sua carteira de negociação 20 000 acções da Parmalat, no montante de 25 milhares de euros, que se encontram provisionadas na sua totalidade.

A 31 de Dezembro de 2004 a sociedade tinha em carteira 66 500 acções próprias, com um valor nominal de 5,00 euros cada e que se encontravam valorizadas ao custo de aquisição de 5,30 euros cada. Estas acções próprias haviam sido adquiridas em 2003 e foram alienadas, pelo custo de aquisição, no decorrer de Agosto de 2005 à Olisipo — SGPS, S. A., que viu assim a sua participação na sociedade aumentada de 227 500 acções para 294 000 acções (v. nota n.º 14).

8 — Imobilizações incorpóreas e corpóreas:

Durante o exercício de 2005, o movimento nesta rubrica de foi como segue:

Contas	Saldo do exercício anterior		Aquisições	Abates	
	Valor bruto	Amortizações acumuladas		Valor bruto	Amortizações acumuladas
Imobilizações incorpóreas	80 583	(80 583)	–	80 583	(80 583)
Despesas de estabelecimento	24 996	(24 996)	–	24 996	(24 996)
Sistemas de tratamento automático de dados *(software)*	55 587	(55 587)	–	55 587	(55 587)
Imobilizações corpóreas	280 728	(170 110)	100 203	19 970	(19 970)
Equipamento	253 926	(164 750)	100 203	19 970	(19 970)
Imobilizado em locação financeira	26 800	(5 360)	–	–	–
Totais	361 311	(250 693)	100 203	100 553	(100 553)

Contas	Saldo em 31 de Dezembro de 2005			
	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Imobilizações incorpóreas	–	80 583	(80 583)	–
Despesas de estabelecimento	–	24 996	(24 996)	–
Sistemas de tratamento automático de dados *(software)*	–	55 587	(55 587)	–
Imobilizações corpóreas	(45 580)	360 961	(195 720)	165 241
Equipamento	(40 220)	334 161	(185 000)	149 161
Imobilizado em locação financeira	(5 360)	26 800	(10 720)	16 080
Totais	(45 580)	441 544	(276 303)	165 241

As adições ao imobilizado corpóreo em 2005 são compostas em grande parte por aquisições de equipamento — material de transporte.

As regularizações efectuadas no exercício de 2005 no imobilizado corpóreo incluem essencialmente abates ao activo referentes a equipamento — material de transporte.

9 — Outros activos:

Os outros activos apresentam a seguinte decomposição:

	2005	2004
IRC a recuperar	–	12 689
Devedores diversos — residentes	748 275	2 485
Devedores diversos — não residentes	2 497	350 000
Conta margem — de conta da própria Instituição	28 731	6 247
Outras imobilizações financeiras	104 250	104 250
	883 753	475 671
Provisões	(689 992)	(108 983)
	193 761	366 688

Em 31 de Dezembro de 2004 a rubrica de devedores diversos — não residentes reflecte a operação de venda das obrigações de cupão zero — Kolyma Finance à Climax Capital, Ltd., tendo a liquidação sido efectuada no decorrer do 1.º semestre de 2005. Adicionalmente, foi igualmente constituída uma provisão no montante de 95 milhares de euros para fazer face ao recebimento deste saldo, tendo a mesma sido revertida em 2005 aquando da liquidação total da operação (v. nota n.º 13). Ainda de referir que durante o exercício de 2005 a sociedade e os três administradores executivos da altura foram notificados pelo Banco de Portugal no âmbito do processo de aquisição das Kolyma Finance, aguardando-se ainda uma deliberação sobre possíveis coimas e sanções acessórias.

A rubrica de devedores diversos — residentes inclui (*i*) 711,4 milhares de euros (2004: 1,8 milhares de euros) relativos a valores em dívida por operações realizadas por conta de clientes e ainda não regularizadas por estes e (*ii*) 29,8 milhares de euros de uma dívida de um

colaborador da sociedade que será regularizada com pagamentos mensais até Agosto de 2008. Em 2005 a Finanser constituiu provisões para estes clientes no montante de 690 milhares de euros (v. nota n.º 13).

Em 31 de Dezembro de 2005 a rubrica de outras imobilizações financeiras representa uma participação na SGF — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões (SGF) de 15 000 acções, registadas ao valor de aquisição de 104,2 milhares de euros.

10 — Contas de regularização do activo:

As contas de regularização do activo apresentam o seguinte detalhe:

	2005	2004
Proveitos a receber:		
Juros de aplicações a prazo	10 855	5 372
Juros de títulos de investimento	428	406
Comissões de gestão de carteiras	253	–
	11 536	5 778
Despesas com custo diferido:		
Seguros	2 990	1 726
Rendas e alugueres	11 296	11 296
Diversas	46 650	32 854
	60 936	45 876
Outras contas de regularização:		
Operações sobre valores mobiliários a liquidar — vendas	926 071	1 653 728
Operações a prazo sobre instrumentos financeiros	8 815	195
Diversas operações a regularizar	19 175	2 103
	954 061	1 656 026
	1 026 533	1 707 680

Em 31 de Dezembro de 2005 a rubrica de despesas com custo diferido — diversas inclui 46,6 milhares de euros relativo ao custo anual com o sistema de negociação GL Trade.

As operações sobre valores mobiliários a liquidar — vendas (ver também nota n.º 12) respeitam às operações de compra/venda de títulos efectuadas por conta de clientes nos últimos dias úteis de 2005, e que aguardam a respectiva liquidação financeira que irá ocorrer no início de 2006, de acordo com o período que vigora nos mercados onde os títulos são transaccionados (três dias no mercado nacional).

11 — Outros passivos:

	2005	2004
Credores para operações valores mobiliários	3 050 130	1 839 290
Fornecedores de imobilizado em regime de locação financeira	16 410	21 598
Contribuições para a segurança social	19 502	14 817
Outros fornecedores	61 851	7 452
Impostos a entregar ao Estado	11 966	6 885
Outras exigibilidades	152	221
	3 160 011	1 890 263

Os credores por operações sobre valores mobiliários reflectem os saldos positivos das contas correntes com clientes cuja contrapartida é, entre outras, a rubrica de disponibilidades sobre instituições de crédito no país (v. nota n.º 5) e a rubrica de outros créditos junto de instituições de crédito (v. nota n.º 6).

12 — Contas de regularização do passivo:

As contas de regularização do passivo apresentam o seguinte detalhe:

	2005	2004
Custos a pagar:		
De custos com pessoal	64 518	65 799
De outros custos administrativos	13 688	23 179
Fornecedores de imobilizado em locação financeira	3 065	4 104
	81 271	93 082
Outras contas de regularização:		
Operações sobre valores mobiliários a liquidar — compras (v. nota n.º 10)	920 749	1 603 358
Diversas operações a regularizar	17 219	4 175
	937 968	1 607 533
	1 019 239	1 700 615

13 — Movimento de provisões:

	Saldo em 31 de Dezembro de 2004	Movimentos no exercício				Saldo em 31 de Dezembro de 2005
		Transferências	Reforços	Utilizações	Reposições/ anulações	
Provisões para:						
Depreciação de títulos (v. nota n.º 8)	–	–	–	–	–	–
Investimento — rendimento variável	25 025	–	–	–	–	25 025
Imobilizações financeiras	12 150	–	–	–	(12 150)	–
Créditos de cobrança duvidosa (v. nota n.º 9)	95 000	–	689 992	–	(95 000)	689 992
Crédito vencido — outros créditos	1 833	–	–	–	(1 833)	–
	134 008	–	689 992	–	(108 983)	715 017

14 — Capitais próprios:

	Saldo em 31 de Dezembro de 2004	Aumento	Reduções	Transferências	Saldo em 31 de Dezembro de 2005
Capital subscrito	3 500 000	–	–	–	3 500 000
Reserva legal	543 293	–	–	–	543 293
Resultados transitados	203 916	–	–	(326 300)	(122 383)
Resultado do exercício:					
2004	(326 300)	–	–	326 300	–
2005	–	–	–	–	(1 258 343)
	3 920 909	–	–	–	2 662 567

Capital subscrito:

Durante o exercício de 2005 não existiram quaisquer alterações ao capital subscrito. A 31 de Dezembro de 2005 o capital da sociedade é representado por 700 000 acções com o valor nominal de 5 euros cada, integralmente subscritas e realizadas em dinheiro pelos seguintes accionistas:

	2005		2004	
	Número de acções	Percentagem	Número de acções	Percentagem
Olisipo — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.	294 000	42,0	227 500	32,5
Growth Value (2004: Purple — SGPS, S. A.)	210 000	30,0	210 000	30,0
Prof. Luís Manuel Cachudo Nunes	70 000	10,0	70 000	10,0
Finanser — Sociedade Financeira de Corretagem, S. A.	–	–	66 500	9,5
Dr.ª Maria da Graça Ferreira Proença de Carvalho	63 000	9,0	63 000	9,0
Outros accionistas	63 000	9,0	63 000	9,0
	700 000	100,0	700 000	100,0

Reserva legal:

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação aplicável ao sector bancário (artigo 97.º do Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro) exige que a reserva legal seja anualmente reforçada em, pelo menos, 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital.

Resultados do exercício:

De acordo com a deliberação da assembleia geral realizada em 30 de Março de 2005 o prejuízo apurado no exercício económico de 2004, no montante de 326 299,55 euros foi aplicado em resultados transitados.

15 — Rubricas extrapatrimoniais:

Compromissos assumidos para com terceiros e por terceiros:

	2005	2004
Compromissos perante terceiros:		
Compromissos irrevogáveis (*i*)	21 583	20 135
Responsabilidades por prestação de serviços:		
Depósito e guarda de valores (*ii*)	16 872 545	18 065 201
Gestão de carteiras (*iii*)	99 458	126 500

	2005	2004
Serviços prestados por terceiros:		
Por depósito e guarda de valores (*ii*)	16 321 259	16 335 315
	33 314 845	34 547 151

(*i*) Em compromissos a sociedade registou o compromisso irrevogável de entrega ao sistema de indemnização aos investidores, que se encontra garantido pelos títulos em carteira própria (v. nota n.º 7).

(*ii*) O saldo da rubrica de responsabilidade por prestação de serviços — depósito e guarda de valores corresponde ao valor de mercado, na sua ausência o valor nominal dos títulos entregues por clientes à guarda da sociedade. Estes títulos estão igualmente apresentados na rubrica de serviços prestados por terceiros — por depósito e guarda de valores, em conjunto com os títulos da sociedade, representando a entrega a outras entidades especializadas na guarda de valores, no caso a Central de Valores Mobiliários, o Banco Santander Negócios Portugal e a Golden Broker.

iii) Na rubrica de responsabilidades por prestação de serviços — gestão de carteiras encontram-se registados os valores administrados pela sociedade por conta de terceiros, sem representação patrimonial.

Instrumentos financeiros derivados

	2005		2004
	Valor de contrato (*a*)	Valor de balanço	Valor de contrato (*a*)
CFDs:			
Sobre cotações — compra	296 124	28 731	44 600
Futuros:			
Sobre cotações — compra	–	–	44 772
	296 124	28 731	89 372

(*a*) Valor teórico ou nocional do contrato.

16 — Montante dos activos, passivos e rubricas extrapatrimoniais expressos em moeda estrangeira:

O contravalor em milhares de euros, em 31 de Dezembro de 2005, dos activos, passivos e rubricas extrapatrimoniais da sociedade, expressos em moeda estrangeira, por rubricas do balanço e extrapatrimoniais, resume-se como segue:

	2005	2004
Activo líquido:		
Disponibilidades sobre instituições de crédito no País	43 537	98 171
Acções e outros títulos de rendimento variável	–	–
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	–	–
	43 537	98 171
Passivo:		
Débitos para com instituições de crédito	–	46
Outros passivos	–	–
	–	46
Posição global operacional	43 537	98 124

17 — Pessoal:

O efectivo médio de colaboradores ao serviço da sociedade durante o exercício divide-se pelas seguintes categorias:

	2005	2004
Directores	1	1
Técnicos	9	7
Administrativos	3	3
	13	11

18 — Remunerações dos órgãos sociais:

O total das remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e em 31 de Dezembro de 2004 foram como segue:

	2005	2004
Valor das remunerações atribuídas a membros dos órgãos de administração e de fiscalização	149 478	93 978

Os membros do órgão de fiscalização não são remunerados, excepto no caso do revisor oficial de contas que é remunerado pela certificação legal das contas da empresa e cujos honorários são incluídos em outros gastos administrativos.

Não existem quaisquer adiantamentos ou créditos concedidos a membros dos órgãos sociais nem compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

19 — Juros e proveitos equiparados:

Os juros e proveitos equiparados do exercício de 2005 decompõem-se como segue:

	2005	2004
Juros de disponibilidades	6 672	34 043
Juros de aplicações em instituições de crédito no País	76 114	25 163
Juros de títulos de investimento — rendimento fixo	829	1 069
Outros	837	643
	84 452	60 918

20 — Comissões líquidas:

Os proveitos e custos referentes a comissões decompõem-se como segue:

	2005	2004
Comissões recebidas:		
Por serviços a terceiros — administração de valores	1 140	–
Em operações de bolsa	541 388	706 301
Em operações fora de bolsa	34 250	–
Outras	17 414	12 594
	594 192	718 895
Comissões pagas:		
Por negociação de operações em bolsa	12 366	138 055
Por liquidação de operações em bolsa	5 401	31 556
Outras comissões	1 297	13 187
Por serviços de terceiros — depósito e guarda de valores	1 390	2 385
	20 454	185 182
Comissões líquidas	573 738	533 713

21 — Outros custos e proveitos de exploração:

	2005	2004
Outros custos de exploração	–	–

	2005	2004
Outros proveitos de exploração:		
Reembolso despesas expedição	–	6 730
Outros	1 180	146
	1 180	6 876
Outros resultados de exploração	1 180	6 876

22 — Perdas e ganhos extraordinários:

	2005	2004
Perdas extraordinárias:		
Outras perdas extraordinárias — conta de enganos	112 039	35 645
Perdas de exercícios anteriores	–	30 791
Menos-valias na alienação de imobilizado	–	5 822
Multas fiscais	50	–
	112 089	72 258
Ganhos extraordinárias:		
Outros ganhos relativos a exercícios anteriores	1 643	26 311
Outros ganhos extraordinários	768	3 093
Mais-valias realizadas em imobilizações financeiras	3 275	–
	5 686	29 404
Resultados extraordinários	(106 403)	(42 854)

Em outras perdas extraordinárias — conta de enganos encontram-se registados essencialmente custos não correntes suportados pela sociedade no âmbito da actividade de corretagem.

23 — Lucros e prejuízos em operações financeiras:

	2005	2004
Lucros em operações financeiras:		
Reavaliação da posição à vista	11 203	1 061
Lucros em títulos de negociação	202 016	165 162
Lucros em contratos de CFDs	59 662	12 423
Lucros em contratos de futuros	1 217	5 485
	274 098	184 131
Prejuízos em operações financeiras:		
Reavaliação da posição à vista	1 873	9 077
Prejuízos em títulos de negociação	425 261	41 979
Prejuízos em contratos de CFDs	42 501	11 260
Prejuízos em contratos de futuros	161	2 860
	469 796	65 176
Resultados em operações financeiras	(195 698)	118 956

24 — Imposto sobre o rendimento:

A Finanser está sujeita a tributação em sede de imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas (IRC) e à correspondente derrama, sendo que o apuramento anual do resultado tributável da Finanser fica sujeitas a inspecções e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos contado a partir do ano a que respeitam os impostos apurados. No entanto, é convicção da administração da Finanser, que não ocorrerá qualquer liquidação adicional, de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras, relativamente aos exercícios acima referidos.

	2005	2004
Resultado antes de impostos	(1 254 278)	(324 174)
Despesas não aceites como custo fiscal	–	–
Amortizações não aceites	–	–
Matéria colectável	(1 254 278)	(324 174)
IRC — 25% (2004: 25% e 2003: 30%)	–	–
Derrama (10% sobre o IRC apurado)	–	–
Tributação autónoma — 6%	4 065	2 126
IRC do período	4 065	2 126
Pagamentos por conta	(4 835)	–
Retenções na fonte	(17)	–
Imposto a (pagar)/receber (v. nota n.º 9)	787	(2 126)
Taxa efectiva de imposto	–	–

25 — Elementos da demonstração dos resultados e balanço ventilados por linhas de negócio e por mercados geográficos:

Em 31 de Dezembro de 2005 a segmentação por linhas de negócio decompõe-se como segue:

	Corretagem	Gestão de activos	Mercado monetário	*Corporate finance*	Negociação	Investimentos e outros	Total
Juros e proveitos equiparados	–	–	82 786	–	837	829	84 452
Juros e custos equiparados	–	–	(232)	–	(7 852)	(1 027)	(9 111)
Comissões (proveito)	581 330	1 140	–	–	–	11 722	594 192
Comissões (custo)	–	–	(7 953)	–	(12 366)	(134)	(20 454)
Rendimento de títulos	–	–	–	–	–	–	–
Lucros em operações financeiras	–	–	11 203	–	202 016	60 879	274 098
Prejuízos em operações financeiras	–	–	(1 873)	–	(425 261)	(42 662)	(469 796)
Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos	–	–	–	–	–	108 983	108 983
Provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido e para outros riscos	(689 992)	–	–	–	–	–	(689 992)
Outros proveitos de exploração	–	–	–	–	–	1 180	1 180
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	11 258 343
Créditos sobre clientes	–	–	–	–	–	–	–
Débitos para com clientes	–	–	–	–	–	–	–
Activo líquido total	954 061	–	4 295 000	–	150 210	2 699 631	8 098 902

Em 31 de Dezembro de 2005 a segmentação por mercados geográficos decompõe-se como segue:

	Portugal	Resto da União Europeia	Total
Juros e proveitos equiparados	84 452	–	84 452
Juros e custos equiparados	(9 111)	–	(9 111)
Comissões (proveito)	594 192	–	594 192
Comissão (custo)	(20 454)	–	(20 454)
Rendimento de títulos	–	–	–
Lucros em operações financeiras	274 098	–	274 098
Prejuízos em operações financeiras	(469 796)	–	(469 796)
Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos	108 983	–	108 983
Provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido e para outros riscos	(689 992)	–	(689 992)
Outros proveitos de exploração	1 180	–	1 180
Resultado líquido do exercício	(1 258 343)	–	(1 258 343)
Créditos sobre clientes	–	–	–
Débitos para com clientes	–	–	–
Activo líquido total	8 098 902	–	8 098 902

26 — Relações com empresas relacionadas:

A 31 de Dezembro de 2005 e 2004 não existem saldos a receber ou a pagar, ou custos ou proveitos com entidades relacionadas.

27 — Acontecimentos subsequentes:

Em assembleia geral extraordinária do dia 12 de Janeiro de 2006 foi eleito um novo conselho de administração.

Em Janeiro 2006 foi celebrado um acordo de consultoria com o Dr. Pedro Figueiredo (accionista da Olisipo — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.) para apoio na área de *corporate finance* e no âmbito do qual o mesmo não exerce funções executivas.

O Conselho de Administração: *(Assinaturas ilegíveis.)* — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

Certificação legal das contas

1 — *Introdução*. — Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Finanser — Sociedade Financeira de Corretagem, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2005 (que evidencia um total de 6 844 607 euros e um total de capital próprio de 2 662 567 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1 258 343 euros), a demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa, e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito*. — Excepto quanto à limitação descrita no ponto 7, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Reserva*. — Durante o exercício tomou-se conhecimento de três alegados clientes de gestão de carteiras, dois dos quais sem contas abertas na Finanser, invocando a existência de contratos com esta sociedade que não são reconhecidos pelo actual conselho de administração. Neste contexto entendeu-se necessário realizar um profundo exame às situações contratuais consideradas válidas pela Finanser, trabalho esse que se encontra em curso e cujo desfecho é susceptível de produzir impacto que, nesta data, não estamos em condições de quantificar.

8 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Finanser — Sociedade Financeira de Corretagem, S. A., em 31 de Dezembro de 2005 e o resultado das suas operações em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para as sociedades financeiras de corretagem e determinados pelo Banco de Portugal (instrução n.º 4/96 — Plano de Contas para o Sistema Bancário).

9 — É também nosso parecer que a informação financeira constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras.

10 — *Ênfases*. — Sem afectar a opinião expressa nos pontos 8 e 9, chamamos a atenção para as situações seguintes:

10.1 — Em 2003 foram adquiridas pela Finanser obrigações de um emitente estrangeiro em condições que motivaram a inclusão de uma reserva na nossa certificação legal das contas desse exercício. No final de 2004, as obrigações em causa foram transaccionadas, já se encontrando apropriadamente reflectidas nas demonstrações financeiras do exercício em causa os efeitos dessa operação. Embora tenham sido recuperados na sua totalidade, durante o 1.º semestre de 2005, os valores envolvidos nesta transacção, não são ainda conhecidas as eventuais coimas e sanções acessórias que podem recair sobre a Finanser na sequência de investigação do Banco de Portugal que ainda se encontra pendente, tal como é referido na nota n.º 9 do anexo;

10.2 — Não obstante a Finanser não estar autorizada a conceder crédito a clientes, a realização de operações pontuais de compra de valores mobiliários sem a correspondente conta estar dotada dos fundos necessários, originava esporadicamente a relevação contabilística de saldos devedores nas demonstrações financeiras da sociedade.

Embora tivessem sido tomadas ao longo dos tempos diversas medidas tendentes à eliminação destas situações pontuais, o que possibilitou que, até 2004, o número de situações e os valores em causa não apresentassem qualquer materialidade, em 2005, por razões decorrentes das fragilidades internas do sistema de controlo interno inerentes à dimensão da sociedade, foram realizadas compra de valores mobiliários não autorizadas que geraram um prejuízo de cerca de 689 000 euros. Os efeitos destas operações nos resultados (rubrica de provisões para crédito de cobrança duvidosa) e no balanço (em outros activos e totalmente provisionados) encontram-se apropriadamente reflectidos nas demonstrações financeiras em apreço;

10.3 — Tal como está evidenciado nas demonstrações financeiras, e em consequência do prejuízo do exercício apurado no exercício, o capital próprio é inferior ao capital social, pelo que a continuidade da sociedade está dependente da obtenção de resultados positivos no futuro e do apoio financeiro que os accionistas venham a assegurar. De salientar que igualmente deixou de ser dado cumprimento ao requisito de fundos próprios mínimos imposto pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, situação essa que vai ser objecto de deliberação dos accionistas na assembleia geral já convocada nesta data.

Lisboa, 24 de Março de 2006. — Alves da Cunha, A. Dias & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *José Luís Areal Alves da Cunha*.

Relatório e parecer do fiscal único

1 — Em cumprimento das disposições legais aplicáveis, o fiscal único submete à apreciação da assembleia geral o seu relatório e parecer sobre o relatório e as contas relativos ao exercício de 2005 que lhe foram presentes pelo conselho de administração da Finanser — Sociedade Financeira de Corretagem, S. A.

2 — O exercício de 2005 encerrou com um resultado líquido negativo de 1 258 343 euros, acentuando-se assim a tendência deficitária evidenciada no último triénio. No entanto, as causas subjacentes ao elevado prejuízo apurado em 2005 devem ser imputadas, em grande medida, aos eventos singulares que, na nossa qualidade de revisor oficial de contas, explicitámos no parágrafo 11.1 da certificação legal das contas, que emitimos também nesta data.

3 — Expurgados os efeitos desta situação, é necessário reconhecer que a situação económica e financeira em 2005 ainda não evidencia a almejada inversão de rumo, não obstante os esforços que vêm sendo envidados pelo conselho de administração. E, se no plano do resultado das medidas de reforço do controlo que vêm sendo tomadas, são de aguardar importantes melhorias, já quanto à actividade operacional, o sucesso das decisões implementadas está também dependente de factores exógenos, como sejam, a evolução da conjuntura nacional e internacional e, particularmente, o comportamento dos mercados de capitais.

4 — Face ao exposto, somos de parecer que sejam aprovados o relatório de gestão, incluindo a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo conselho de administração, e as contas do exercício de 2005.

5 — Finalmente, o fiscal único incita os accionistas a encontrarem as soluções necessárias à satisfação dos requisitos regulamentares que a sociedade está obrigada a cumprir.

Lisboa, 24 de Março de 2006. — O Fiscal Único: Alves da Cunha, A. Dias & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *José Luís Areal Alves da Cunha*.

Relatório de auditoria

1 — *Introdução*. — Examinámos as demonstrações financeiras da Finanser — Sociedade Financeira de Corretagem, S. A. (sociedade), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2005 (que evidencia um total de activo líquido de 6845 milhares de euros e um total de capital próprio de 2663 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1258 milhares de euros), a demonstração dos resultados do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da sociedade, o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito*. — Excepto quanto às limitações descritas nos pontos 6 a 8 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (*i*) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação; (*ii*) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (*iii*) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (*iv*) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

6 — *Reservas*. — Os procedimentos de auditoria que realizámos sobre contas de clientes e contratos de gestão de carteira permitiram-nos identificar a existência de três clientes que alegam que os valores depositados com a sociedade ou entregues para gestão são significativamente superiores aos constantes nos registos contabilísticos da sociedade à data de 31 de Dezembro de 2005. O conselho de administração da sociedade confirma não ter recebido os referidos montantes para gestão. À presente data os serviços da sociedade têm em curso acções tendentes ao esclarecimento da situação pelo que não nos encontramos em posição de concluir com a necessária segurança sobre a razoabilidade das divergências apuradas ou pela existência ou não de outras situações análogas ainda não identificadas.

7 — No decurso do exercício de 2005 a sociedade realizou, a pedido de clientes, operações de compra de valores mobiliários sem que a respectiva conta se apresentasse suficientemente dotada aquando da sua liquidação financeira. O normativo aplicável às sociedades financeiras de corretagem não permite, por um lado, que a sociedade proceda à liquidação de operações a clientes com saldos a descoberto (conforme definido no artigo 306.º do Código de Valores Mobiliários) e, por outro, a sociedade não se encontra habilitada a prestar serviços de concessão de crédito a clientes para investimento em valores mobiliários (conforme definido no artigo 81.º do Regulamento da CMVM n.º 12/2000). Contudo, é de referir que se encontram em curso de implementação pela sociedade alterações ao nível dos procedimentos de controlo interno no sentido de evitar a realização no futuro de transacções desta natureza.

8 — Por carta datada de 27 de Maio de 2005 o Banco de Portugal notificou a sociedade e três dos seus administradores então em exercício por violação do disposto no artigo 73.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, ao terem adquirido, no exercício de 2003, obrigações emitidas pela Kolyma Finance, S. A., sem que a respectiva decisão de investimento e a ponderação dos riscos inerentes tivesse sido devidamente fundamentada e justificada. No final do exercício de 2004 a sociedade alienou as referidas obrigações, sendo que a liquidação da operação apenas ocorreu no exercício de 2005. À presente data este processo ainda se encontra pendente de conclusão desconhecendo-se o montante das eventuais coimas e das sanções acessórias que possam vir a ser incorridas pela sociedade.

9 — *Opinião*. — Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações referidas nos pontos 6 a 8 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Finanser — Sociedade Financeira de Corretagem, S. A., em 31 de Dezembro de 2005 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos e outras disposições e

práticas geralmente aceites em Portugal para as sociedades financeiras de corretagem.

10 — *Ênfases*. — Sem afectar a opinião expressa no ponto 9 acima, salientamos as seguintes situações:

i) O nosso trabalho não se estendeu às demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, incluídas para efeitos comparativos nas demonstrações financeiras anexas. Essas demonstrações financeiras foram objecto de exame realizado por outra sociedade de revisores oficiais de contas, a qual emitiu a respectiva certificação legal das contas, sem reservas, com data de 4 de Março de 2005;

ii) As demonstrações financeiras anexas foram preparadas segundo o princípio da continuidade das operações. Contudo, em 31 de Dezembro de 2005 o capital próprio da sociedade é inferior ao capital social, pelo que a adequacidade da aplicação do princípio da continuidade está dependente do apoio continuado que os accionistas venham a dar à sociedade. Adicionalmente, a sociedade não está a cumprir com o definido no n.º 2 do artigo 96.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras dado que os fundos próprios são inferiores ao montante do capital social mínimo exigido. A sociedade entretanto já apresentou ao Banco de Portugal uma proposta para aumento do capital social de forma a regularizar a situação em 2006.

Lisboa, 24 de Março de 2006. — O Auditor: PricewaterhouseCoopers & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.da, representada por *Nasser Sattar*, revisor oficial de contas.

3000210665

VALLIS HABITA — SOCIEDADE MUNICIPAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS HABITACIONAIS DE VALONGO, E. M.

Relatório e contas de 2005

Relatório de gestão

O ano de 2005 constituiu, para a Vallis Habita, E. M., um período de novos desafios e de alargamento do desempenho do papel social da empresa, desta feita, explorando novas vertentes.

Tratou-se, efectivamente, de um período em que se iniciou a consolidação da assunção da gestão do anterior património do estado, na vertente da preservação e manutenção patrimonial, da implementação do processo organizado de gestão e na inicialização do processo de companhamento e apoio social dos agregados.

Paralelamente, a Vallis Habita recebeu e integrou, na experiência formativa, programas ocupacionais, bem como iniciou actividade, em parceria com o IEFP, a empresa de inserção, cujos primeiros meses de experiência representam, já um sucesso antecipado e motivador para o futuro.

Não obstante, os princípios de gestão espartanos e coerentes, aliados ao desempenho honesto e delicado, no que respeita ao escopo social da empresa, cuja essencialidade está diariamente presente no trabalho dos nossos colaboradores, estão facilmente traduzidos nos excelentes resultados obtidos e patentes no presente documento.

O Conselho de Administração: *Paulo Miguel Santos*, presidente — *Cecília Rua*, vice-presidente — *Augusto Vieira*, vogal.

Balanço em 31 de Dezembro de 2005

ACTIVO

(Em euros)

Código das contas CEE	Código das contas POC		2005 Activo bruto	2005 Amortizações e ajustamentos	2005 Activo líquido	2004 — Activo líquido
C		Imobilizado:				
I		Imobilizações incorpóreas:				
1	431	Despesas de instalação	457,71	457,71	–	152,61
1	432	Despesas de investigação e desenvolvimento	3 067,61	3 067,61	–	–
2	433	Propriedades industriais e outros direitos	–	–	–	–
3	434	Trespasses	–	–	–	–
4	441/4	Imobilizações em curso	–	–	–	–
4	449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	–	–	–	–
			3 525,32	3 525,32	–	152,61
II		Imobilizações corpóreas:				
1	421	Terrenos e recursos naturais	–	–	–	–
1	422	Edifícios e outras construções	1 892 485,99	47 573,36	1 844 912,63	99,74
2	423	Equipamento básico	–	–	–	–
2	424	Equipamento transporte	31 784,21	11 216,97	20 567,24	8 641,88
3	425	Ferramentas e utensílios	504,97	304,97	200,00	
3	426	Equipamento administrativo	27 259,89	23 588,02	3 671,87	4 098,98
3	427	Taras e vasilhame	–	–	–	–
3	429	Outras imobilizações corpóreas	5 915,85	4 097,15	1 818,70	2 417,45
4	441/6	Imobilizações em curso	–	–	–	–
4	448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	–	–	–	–
			1 957 950,91	86 780,47	1 871 170,44	15 258,05
III		Investimentos financeiros:				
1	4111	Partes de capital em empresas do Grupo	–	–	–	–
2	4121+4131	Empréstimos a empresas do Grupo	–	–	–	–
3	4112	Partes de capital empresas associadas	–	–	–	–
4	4122+4132	Empréstimos a empresas associadas	–	–	–	–
5	113+414+41	Títulos e outras aplicações financeiras	–	–	–	–
6	4123+4133	Outros empréstimos concedidos	–	–	–	–
6	441/6	Imobilizações em curso	–	–	–	–
6	447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	–	–	–	–
			–	–	–	–